



## RECENSÃO

# *O Livro no Portugal Contemporâneo,* de Nuno Medeiros, por Emanuel Cameira

---

*Análise Social*, LV (3.º), 2020 (n.º 236), pp. 681-684

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2020236.11>

ISSN ONLINE 2182-2999

---

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa Portugal — [analise.social@ics.ul.pt](mailto:analise.social@ics.ul.pt)

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2020236.11>



MEDEIROS, Nuno

*O Livro no Portugal Contemporâneo*,  
Lisboa, Edições Outro Modo, 2018, 335 pp.  
ISBN 9789895409532

Emanuel Cameira

Em *O Livro no Portugal Contemporâneo*, Nuno Medeiros volta a mergulhar na construção da edição de livros como objeto de conhecimento histórico e interpretação sociológica. Publicado pelas Edições Outro Modo, este conjunto de estudos foca-se na realidade editorial portuguesa contemporânea, situada entre finais de oitocentos e as vésperas do 25 de Abril de 1974, o que justifica, para o autor e para a editora, a delimitação

contemporânea na historicização do objeto.

O próprio ato de conceção deste livro seria suficiente para fazer dele alvo de estudo. É que provavelmente o mesmo não existiria se a equipa da Outro Modo não o tivesse instigado, promovendo a possibilidade de um leque de textos (alguns deles já editados desagregadamente, mormente em revistas científicas) virem a ganhar existência (uma unidade)

em livro. Não por acaso afirmava Paul Valéry que “é preciso olhar os livros por cima do ombro do autor”. Repare-se, por exemplo, no título – *O Livro no Portugal Contemporâneo*. Amplo em termos substantivos, ainda que cubra apenas quatro estudos, distribuídos por quatro capítulos.

Um primeiro incide na editora Romano Torres, nos percursos e práticas das suas diferentes gerações de editores, desde a fase da publicação periódica/almanaque *O Recreio* à do romance traduzido, género que suportou o substancial alargamento do público leitor de livros no decurso do século XIX, sem que esqueça a produção de cariz enciclopédico, histórico e de ficção histórica. Acompanham-se os alvares da Empresa Editorial O Recreio (convertida onomasticamente, no século XX, em Edições Romano Torres, Livraria Romano Torres ou simplesmente Romano Torres) do fundador João Romano Torres das últimas décadas do século XIX, pretexto para abordar as globais transformações do setor tipográfico e livreiro oitocentista em Portugal, geradoras de um novo campo, com uma nova personagem socialmente autónoma, o editor, outorgado de uma função mediadora. Essa autonomia “fabrica-se a partir de uma miríade de itinerários possíveis, correspondendo a um cortejo de situações em que a origem social e profissional dos que exercem no campo é muito variada, apesar dos padrões que configura” (p. 115).

Mais transversal, menos casuístico, o segundo capítulo abarca o período/regime do Estado Novo e olha para a

edição como setor. Foca aspetos estruturais do campo editorial, as dimensões de controlo e o tipo de caminhos trilhados, abandonados ou enfeitados pelos poderes instituídos, essencialmente durante o salazarismo; explora aspetos identitários, toca nas representações que os editores têm de si, posicionados ao longo de um *continuum* extremado entre a pura venalidade do negócio e a abnegação ou devoção cultural (anti-capitalista, se se quiser). Apesar da cautela do autor, reconhecendo a complexidade e variedade de posturas e posições ocupadas pelo heterogéneo mundo dos editores, mostra-se como aquele último posicionamento saiu favorecido pelo contexto autoritário do Estado Novo, tido por anti-cultural para um grupo alargado de editores portugueses. Mas não todos; longe disso. Inseridos num contexto compósito e caleidoscópico, os editores viveram, com particular acuidade no período ditatorial, numa “oscilação aparentemente paradoxal entre autonomia e solicitação” (p. 141) face aos poderes estabelecidos politicamente. Se por um lado havia o sistema de governo, por outro, o Estado, enquanto entidade administrativa e institucional, revelava um papel de interlocução não confundível com o regime.

O terceiro capítulo analisa a atuação da Livros do Brasil, de António de Sousa Pinto, outra editora com uma dimensão comercial muito vincada. Sousa Pinto tinha dinamizado, no Brasil, a Livros de Portugal e as Edições Dois Mundos, “que visavam promover autores e obras portuguesas no mercado brasileiro e fortalecer os laços e ligações entre Portugal

e o Brasil para o trânsito de publicações entre ambos os países” (p. 212). Grande parte, aliás, daquilo que tentará realizar como editor prende-se com esse trânsito, cavado normalmente na assimetria – o que permite ao autor refletir sobre a expectativa desse largo mercado que o Brasil sempre acabou por consubstanciar para os editores portugueses que, até muito avançadas as décadas de noventa, manifestaram dificuldade em reconhecer à indústria tipográfica, editorial e livreira do Brasil uma capacidade própria, cujo desenvolvimento e crescimento permitiu ao universo do livro produzido naquele país ombrear, e mesmo ultrapassar, o mercado do livro português. A este processo chama Nuno Medeiros uma “inversão do poder tipográfico” entre os dois países, ao longo do qual “são colocadas em jogo, de parte a parte, estratégias de influência e de contra-influência, num trajecto não linear nem homogéneo” (p. 233). Durante muito tempo, só uma minoria de editores e livreiros portugueses não via o outro lado do Atlântico falante de português como uma espécie de mercado cativo, corporizando práticas e discursos cuja premissa e representação de base tomava o mercado brasileiro como um sorvedouro natural do que em Portugal se publicava. Só com o século xx avançado soçobra esta visão maioritária, com timbre de um certo colonialismo persistente na participação portuguesa nesse trânsito do impresso sobre o Atlântico lusófono. Em Portugal, a mudança paulatina de perspectiva foi amplamente tributária de figuras como os editores Álvaro Pinto e António de Sousa Pinto,

cujas atividades estabeleceu canais de ligação para o circuito do livro girar entre os dois espaços.

O quarto e derradeiro capítulo debruça-se sobre a coleção de livros policiais *Grandes Mistérios*, *Grandes Aventuras*, publicada pela Romano Torres entre 1943 e 1970 – toma-se a literatura policial como observatório privilegiado para capturar os processos editoriais de configuração da cultura impressa. A partir de fontes arquivísticas, percebe-se como Carlos Bregante Torres (filho do fundador da chancela e, segundo Nuno Medeiros, o grande editor da Romano Torres) corporizou um papel criativo, entregando-se, através de encomendas de trabalhos a autores que assinam, sob pseudónimo, textos detetivescos e de feição criminal, à edificação de um universo referencial quase totalmente construído (pelo menos, numa primeira fase da coleção) num respaldo de representações falsas, projetadas como verdadeiras para os leitores. Assim, sob direção do editor, vão-se editando livros de autores fictícios, com traduções fictícias, apresentados em textos de badana ou de contracapa com reputações e carreiras fictícias, incluindo até elementos peritextuais falsos, como prefácios falsamente traduzidos de uma edição original que não existiu, ou a indicação de direitos de tradução com a transcrição de um título na suposta língua original (título de um original que não aconteceu). Tomou forma desta maneira uma fatia não desprezível da coleção policial da editora, simulando um cenário de tom anglo-saxónico (nos temas, nos títulos, nos nomes de autores)

e reforçando a referência desta origem junto dos potenciais leitores, também expostos ao consumo de filmes policiais de extração inglesa e norte-americana e suscitando uma fluidez entre edição e cinema nos consumos culturais. Carlos Bregante Torres personifica o editor capaz de agir segundo um plano estratégico e de atuar prescritivamente, desempenhando um papel axial “na definição e na delimitação da oferta leitoral à disposição do público, recortando o escopo dessa oferta e aspirando a condicionar as interpretações e apropriações possíveis que a leitura e o uso dessa oferta produzi- rão ou serão susceptíveis de produzir no utilizador final do livro” (p. 35).

Estes quatro estudos, dizia, estão cobertos por um título deveras abrangente, mas que é já bastante tributário da negociação entre editor e autor. O próprio editor terá achado que faria sentido apresentar o livro com um título tão largo. E, nesse sentido, interveio logo em termos de construção de sentido. Daí que se possa avançar a ideia de que o livro é muito mais que um texto, de que o texto publicado ultrapassa em muito o trabalho de um só agente. Em certa medida, *olhar por cima do ombro do autor...* É a isso que Nuno Medeiros, de um modo histórica e sociologicamente informado (e com um estilo de escrita absolutamente singular, dos poucos que ainda conseguem fugir à pura normalização académica), se entrega.

A sua grande preocupação analítica consiste em tentar perceber o que é a edição. Como é que é possível entendê-la a partir de uma assunção diferente daquela

que, tradicionalmente, tende a estar associada ao domínio dos estudos literários, colocando a tónica no autor, como uma espécie de agente seminal, demiúrgico, o criador quase genial de tudo aquilo que acaba depois por ser impresso. À luz de uma conceção deste tipo, o livro existe porque o autor o concebeu. Algo que não é necessariamente verdade (o livro pode até ser induzido, espoletado pelo editor). Portanto, a Nuno Medeiros interessa escarpelizar – e essa é a argamassa deste volume – qual o papel que outros agentes, para além do autor, e às vezes contra o próprio autor, permitem que tenhamos uma ideia dos textos publicados. Pensar a edição como uma construção, como algo que existe na realidade, que inter- vêm sobre ela e que a altera. Que cria realidade, a própria ideia da esfera do impresso.

Assumindo diferentes ângulos conceptuais, mas também uma ideia plural, abarcante, de ciências sociais, não espar- tilhada nas suas disciplinas, o autor toma a edição contemporânea de livros, entre finais do século XIX e finais do século XX, como um *locus* de gestos, de lutas, de conceções (o que é um catálogo senão isso mesmo?), no sentido de construir o mundo e a própria ideia que temos dele.

---

CAMEIRA, E. (2020), *Recensão “O Livro no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Outro Modo, 2018”. *Análise Social*, 236, LV (3.º), pp. 681-684.

---

Emanuel Cameira » [ecpcc@iscte-iul.pt](mailto:ecpcc@iscte-iul.pt) » Instituto de História Contemporânea – NOVA FCSH e ISCTE-IUL » Av. de Berna, 26C — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-1019-8714>.

---